

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA
CATARINA CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

MATHEUS AUGUSTO DE MATOS BARBOZA

**BALANÇOS SOCIOAMBIENTAIS PUBLICADOS PELOS CRCs DAS REGIÕES
SUL E SUDESTE NO PERÍODO DE 2015 A 2017, E A SUA CONFORMIDADE
COM A NBC T 15**

Florianópolis - SC

2019

MATHEUS AUGUSTO DE MATOS BARBOSA

**BALANÇOS SOCIOAMBIENTAIS PUBLICADOS PELOS CRCs DAS REGIÕES
SUL E SUDESTE NO PERÍODO DE 2015 A 2017, E A SUA CONFORMIDADE
COM A NBC T 15**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de Santa Catarina como um
dos pré-requisitos para a obtenção do grau de
bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Sérgio Murilo Petri

FLORIANÓPOLIS SC

2019

Aos meus pais, Mauricio e Neide, que sempre acreditaram em mim e no meu potencial.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, que nunca deixaram faltar carinho, amor, luta e perseverança. Por acreditaram em mim e me dar suporte para eu realizar meus sonhos.

Minha namorada, Julia, que sempre acreditou em mim e me incentivou para concluir essa parte importante da minha vida.

Aos meus amigos que fizeram parte desse momento especial, que me ajudaram e me apoiaram de alguma maneira.

Ao professor, Sérgio Murilo Petri, que me ajudou a finalizar essa etapa importante do meu aprendizado. E todos os professores da graduação que me transmitiram seus conhecimentos e, por fim, agradeço a UFSC pelo acolhimento e por sua estrutura.

RESUMO

O presente trabalho busca analisar quais as evidenciações dos balanços socioambientais dos CRC's das regiões Sul e Sudeste do Brasil, que publicaram suas demonstrações entre 2015 a 2017 e sua adesão com a NBC T 15. Método que verifica a qualidade dos itens divulgados nos recursos humanos, analisa também as contribuições com o meio ambiente e a sociedade (fazendo uma análise com estudos anteriores). A metodologia é classificada como documental, descritiva e qualitativa. Foi levantado nos websites dos Conselhos Regionais de Contabilidade, se havia os demonstrativos, dos sete Conselhos (MG, ES, RJ, SP, PR, SC e RS) e se todos publicaram seus balanços socioambientais e demonstrativos financeiros. Observou que, exceto o CRCES deixou de publicar o balanço socioambiental no período de 2016 e 2017. Definida a amostra, de forma documental, é verificado a adesão do conselho a norma NBC T 15. Por meio de um *checklist* adaptado de Santos (2015) de forma qualitativa. Neste *checklist* buscou identificar se houve melhoras na adesão da norma, porque a partir do ano de 2014 começou a unificação visual de todos dos Conselhos de Contabilidade.

Palavras chave: Balanço socioambiental. NBC T 15. CRC

LISTA DE SIGLAS

BS – Balanço Socioambiental

CRCES – Conselho Regional Contabilidade do Espírito Santo

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CRCES – Conselho Regional Contabilidade do Espírito Santo

CRCPR – Conselho Regional de Contabilidade do Paraná

CRCMG – Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais

CRCRJ – Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro

CRCRS – Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul

CRCSC – Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina

CRCSP – Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo

IBASE – Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas

NBC T 15 – Norma Brasileira de Contabilidade Técnica nº. 15

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Balanço Socioambiental para os Conselhos.	17
Quadro 2: Pesquisas Anteriores.....	20
Quadro 3: Qualidade da informação	24
Quadro 4: Recursos Humanos NBC T 15	26
Quadro 5: Classificação por nível.....	27
Quadro 6: Qualidade da informação em relação aos recursos humanos na NBC T 15.	33
Quadro 7: Classificação por nível de adesão	35

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Percentual Receita em relação Despesas com Pessoal e Encargos de PR.....	29
Tabela 2: Percentual Receita em relação Despesas com Pessoal e Encargos de SC.....	29
Tabela 3: Percentual Receita em relação Despesas com Pessoal e Encargos de RS.....	29
Tabela 4: Percentual Receita em relação Despesas com Pessoal e Encargos de SP.....	30
Tabela 5: Percentual Receita em relação Despesas com Pessoal e Encargos de RJ.....	30
Tabela 6: Percentual Receita em relação Despesas com Pessoal e Encargos de MG.....	30
Tabela 7: Percentual Receita em relação Despesas com Pessoal e Encargos de ES.....	30
Tabela 8: Comparação com a adesão Santos(2015)	36

LISTA DE GRAFICOS

Gráfico 1: Média dos gastos com despesas de pessoal e Encargos em comparação a receita realizada.....	31
--	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
1.1	TEMA E PROBLEMA.....	11
1.2	OBJETIVOS.....	12
1.2.1	Objetivo Geral.....	12
1.2.2	Objetivos Específicos	12
1.3	JUSTIFICATIVAS	13
1.4	DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	13
1.5	ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA	13
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	15
2.1	BALANÇOS SOCIAL DOS CRCs	15
2.2	NBC T 15 DEMONSTRAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL.....	17
2.3	PESQUISAS SIMILARES OU CORRELATAS	19
3	METODOLOGIA.....	22
3.1	Enquadramento da pesquisa	22
3.2	Instrumentos Utilizados.....	22
3.3	Procedimentos Metodológicos	23
3.4	PONTUAÇÃO ESTABELECIDA	26
4	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E ANÁLISES.....	28
4.1	APRESENTAÇÃO DOS DADOS	28
4.1.1	Recursos Humanos.....	32
4.1.2	Pontuação.....	35
4.2	ANÁLISES DOS RESULTADOS.....	36
5	CONCLUSÃO.....	38
	REFERÊNCIAS.....	39

1 INTRODUÇÃO

Com a propagação de todo tipo de informações mais rápidas nos dias atuais, aumentou a conscientização em relação ao uso dos recursos naturais e a preocupação com o bem-estar da sociedade. Por meio, da opinião pública e de legislações mais rigorosas, faz aumentar o interesse de setores em divulgar seus relatórios socioambientais, inclusive o terceiro setor, a fim de contribuir e de evidenciar uma gestão mais transparente e as preocupações com o tema.

A contabilidade é uma ferramenta que abastece tomadores de decisões com informações relevantes sobre questões socioambientais, com a finalidade de evidenciar para sociedades suas práticas em comparações há outros períodos (COSTA; MARION, 2007). Essas informações, atualmente, vêm sendo dissipadas, por meio da tecnologia, com uma velocidade muito grande e uma ampla forma de ferramentas, como aplicativos, sites, jornais, etc.

Além disso, é relevante alcançar a satisfação de seus colaboradores. Elemento fundamental para atingir os objetivos da empresa. O que reflete diretamente nos resultados e na qualidade dos serviços prestados.

Para se manterem competitivas conquistando investidores e mais espaço no mercado, as companhias demonstram suas responsabilidades com a sociedade e com o meio ambiente, por meio, de balanços socioambientais. Estes, são mecanismos para demonstrar seus avanços sociais e melhorar sua imagem, no Brasil, não é uma divulgação obrigatória, sua publicação é voluntária, porém, com a Resolução CFC nº 1.003 de 19 de agosto de 2004, o CFC aprovou a NBC T 15, que orienta os modelos para os relatórios sociais e ambientais, no Brasil não tem um modelo padrão, onde algumas organizações como Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e o Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial desenvolvem referências para as companhias elaborarem seus relatórios, entretanto o seu teor é guiado pela NBC T 15.

Nos últimos anos vive-se uma transformação na maneira que se comunica, e com o acesso de informação cada vez mais fácil e dinâmica, as empresas e entidades precisam adaptar-se para oferecer, um serviço tempestivo e com qualidade. Os órgãos fiscalizadores têm papel fundamental, pois, devem ser exemplos para demais

companhias, está-se em um momento que toda informação deve ser checada antes de ser apresentada ao público.

1.1 TEMA E PROBLEMA

Mudanças no modelo visual e de comunicação dos Conselhos Regionais, faz aumentar o interesse em verificar esse novo caminho junto com o aumento dos relatórios das companhias, que buscam novos mercados e demonstram melhor suas ações sociais e ambientais. Os Conselhos Regionais têm um papel fundamental nesse contexto, como fiscalizar e orientar este tipo de publicação (ALVES, 2013).

Segundo Alves (2013, p. 72): “O CFC tem participação nesse processo de evidenciação ao aprovar a NBC T 15 e por intermédio de seus órgãos, na esfera de suas atribuições, regulamentar e fiscalizar as atividades da classe contábil”. Como órgãos reguladores e fiscalizadores e espera-se que sejam exemplos em divulgações e cumprir os requisitos da norma.

Com a explosão de informações e notícias, é importante ter uma ferramenta para avaliar e classificar os itens divulgados. Com a intervenção dos Conselhos, por meio de normas e fiscalizações, traz mais segurança para se analisar os dados, a fim de evitar informações maquiadas e resultados de má fé (TINOCO, 2015).

Para Tinoco (2015, p. 59) “Balanço social é um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, da forma mais transparente possível, informações econômicas e sociais do desempenho das entidades aos mais diferentes usuários.” Essas informações devem ser claras e objetivas, a fim de facilitar a compreensão de seus usuários.

A forma de divulgar resultados para os usuários deve ser feito de maneira popular, dinâmica e com interação. A divulgação precisa ocorrer em plataformas que todos tenham acesso, pois o Balanço Social é uma ferramenta importante para demonstrar os destaques do ano. Porém, hoje, a informação deve ser atualizada constantemente.

Estudos sobre o tema vem sendo divulgados como: Alves (2013); Santos (2015); Soares (2015) e Araujo (2018). Os autores estudaram os balanços

socioambientais dos Conselhos Regionais de Contabilidade e de companhias da [B]³, sua aderência com a norma e as contribuições das evidenciações sociais.

Em um momento que a sociedade cobra mais transparência e resultados dos órgãos públicos e de controle, nesse sentido, a pesquisa busca responder: **Quais são os benefícios da divulgação/evidenciação do Balanço Socioambiental no período de 2015 a 2017 dos (CRCs) das regiões Sul e Sudeste, de acordo com os requisitos da NBC T 15, na categoria de Recursos Humanos?** A pesquisa busca analisar também, qual é a porcentagem de despesa com pessoal e seus encargos em relação as receitas/contribuições.

1.2 OBJETIVOS

Para prosseguir com o trabalho, são apresentados os principais objetivos a serem alcançados.

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho é verificar o que os conselhos CRC's das regiões Sul e Sudeste, estão evidenciando nos balanços socioambientais.

Definido o objetivo geral, é determinados os seguintes objetivos específicos:

1.2.2 Objetivos Específicos

- Qual porcentagem das despesas com pessoal e encargos em relação a receita realizada no período de 2015 a 2017;
- Elaborar um *checklist* e comparar com estudos anteriores;
- Verificar a aderência com a NBC T 15 na categoria de Recursos Humanos.

1.3 JUSTIFICATIVAS

O trabalho se justifica mediante o interesse do acadêmico em ter uma melhor visão a respeito do tema abordado. Tendo a perspectiva de que pode também ajudar na compreensão de leitores interessados, bem como a massa acadêmica como um todo, em especial as turmas de contabilidade e economia.

1.4 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Este trabalho pretende analisar as evidenciações dos balanços socioambientais do Conselhos de Contabilidade do Sul e Sudeste, e sua adesão à NBC T 15 na categoria de Recursos Humanos, este, no ano de 2015.

O ano de 2015 foi escolhido porque no ano de 2014 houve uma determinação dos CRCs/CFC para ter uma unificação visual e padronização de suas demonstrações. Suas informações financeiras e ambientais, são disponibilizadas no portal da transparência por meio do Sistema CFC/CRCs, por fim, os anos de 2016 e 2017 nada mudou a formatação de seus relatórios, tendo somente, mudança nas variáveis, por isso se analisou o ano de 2015.

1.5 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA

Com o objetivo de organizar o trabalho e assim ter um melhor entendimento do estudo, esta pesquisa será evidenciada em 5 tópicos.

O primeiro conta com a introdução, onde são exibidos o tema e o problema da pesquisa, objetivo geral e objetivos específicos, justificativa e estrutura de trabalho.

O segundo conta com a fundamentação teórica sobre os Conselhos de Contabilidade e o Balanço Socioambiental, NBC T 15 Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental e Pesquisas Anteriores.

O terceiro constitui na metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa.

O quarto apresenta a análise dos dados e os resultados obtidos. E finalmente, o quinto demonstra as considerações finais e sugestões para estudos futuros.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A mudança na forma de comunicação e a rapidez das informações aumentou a preocupação das empresas e entidades de ter uma boa comunicação visual e um bom relacionamento com o meio ambiente e a sociedade. Uma dessas forma é o balanço socioambiental que é guiado pelas normas estabelecidas pelo CFC. Desse capítulo serão evidenciados: Balanço Sociais dos CRC's, a norma NBC T 15 e estudos anteriores.

2.1 BALANÇOS SOCIAL DOS CRCS

Os Conselhos de Contabilidade regidos pelo Decreto Lei n.º 9295/1946 e suas alterações, são órgão fiscalizadores e prestam serviços de natureza pública à sociedade. Através dos Conselhos Regionais, fiscalizam o exercício da profissão contábil. Essas autarquias têm contribuições, tais como, a certificação da profissional contábil, através, do exame de suficiência, de qualificações técnicas, da educação continuada, da edição de normas de natureza técnica e zelar pelos princípios contábeis (CFC, 2019).

De acordo com CRCES (2015), às atividades desempenhadas pelos Conselhos Regionais são distintas dos sindicatos. Enquanto as entidades sindicais atuam para proteger os contadores e técnicos, o conselho busca proteger o bom profissional e o bem geral da sociedade. Também auxilia na valorização da classe, aumenta a participação nos órgãos públicos e a influência junto aos conselhos fiscais.

Em 18 de novembro de 2011, foi aprovada a Lei 12.527, conhecida como Lei da Transparência que regula e facilita o acesso a informações em âmbito nacional. O Sistema CFC-CRCs, mediante a Resolução CFC nº 1.439, de 19 de abril de 2013, regulamenta a matéria em âmbito Regional. Assim, facilita o acesso das demonstrações, por meio do portal da transparência.

De acordo com o CFC, esse sistema tem por objetivo fornecer informações que permitam aos Profissionais da Contabilidade e a sociedade acompanhar a administração financeira, orçamentária e patrimonial do órgão. Saber a utilização das

anuidades e taxas pagas, incentivar o contabilista e a sociedade participar da gestão do conselho.

A sociedade está cobrando cada vez mais resultados nas áreas ambientais e sociais das empresas. Dalmácio e Paulo (2004, p. 7) destacam que “Os usuários precisam e procuram, nos demonstrativos contábeis publicados, informações sociais sobre a empresa”. Ou seja, a verificação da sua transparência depende das informações publicadas para análise dos usuários.

De acordo com Sacupira (2001), “o balanço social é um documento publicado anualmente, reunindo um conjunto de informações sobre atividades desenvolvidas por uma empresa, em promoção humana e social, dirigidas a seus empregados e à comunidade na qual está inserida”. Essas informações devem ter caráter qualitativo e quantitativo, essas informações são valiosas para analisar o desempenho e a responsabilidade no meio socioambiental e ajudar a ter uma análise mais crítica das informações (SUCUPIRA, 2001).

Segundo Tinoco (2008) a guerra do Vietnã contribuiu para o aumento do interesse da sociedade nos aspectos sociais, que deu atenção ao meio ambiente fazendo surgir uma onda de moral empresarial que deixou de produzir tudo aquilo que se queria e começou a fabricar as tendências de mercado. Assim, nas palavras de DiMaggio e Powell (2005, p. 77) “as organizações não competem somente por recursos e clientes, mas por poder político e legitimação institucional, por adequação social, assim como por adequação econômica”.

Para Beuer (2010) as entidades não devem apenas visar o lucro, mas também a responsabilidade social, que é fundamental para o desenvolvimento do país; sendo assim, é relevante estas divulgarem além das demonstrações financeiras também suas informações socioambientais, independente se é exigido por lei. Essas demonstrações e informações são de responsabilidade da contabilidade que transformam dados em relatórios. Como demonstra Kroetz (2000) uma empresa pode apresentar lucro, mas ter danos irreversíveis na natureza, ou apresentar um prejuízo com investimentos maciço no âmbito socioambiental.

De acordo com Oliveira et al. (2006, p. 1):

[...] independentemente do segmento em que atua a organização e do porte que ostenta, sua sobrevivência nos dias atuais requer a aplicação dos conceitos de ética, transparência e responsabilidade social, por meio da implementação de políticas e práticas que contribuam para se alcançar sucesso econômico em longo prazo em função de seu relacionamento com todas as partes interessadas, no agir permeado de interação.

O Quadro 1 abaixo, apresenta algumas considerações acerca de Balanço Socioambiental.

BALANÇO SOCIOAMBIENTAL	FONTE
O Balanço é usado como meio de diálogo com os profissionais da contabilidade e com a sociedade, demonstrando o desempenho social de um ano de trabalho e diversas atividades.	CRC SP (2015)
As principais informações quantitativas desenvolvidas pelo CRCRS nas áreas social e ambiental são apresentadas nesta parte do Balanço Socioambiental.	CRCRS (2015)
O Balanço Socioambiental é um instrumento de gestão e informação que visa a evidenciar, da forma mais transparente possível dados econômicos, ambientais e sociais do desempenho organizações. Por meio deles, são demonstrados os projetos, os benefícios e as ações sociais direcionadas aos colaboradores, usuários, fornecedores, parceiros e a comunidade.	CRCSC (2015)
O balanço Socioambiental mostra as principais realizações nas áreas estruturais de Gestão Institucional, na qual a entidade é descrita por sua visão, missão, valores, história, parcerias e projetos especiais.	CRCPR (2016)

Quadro 1: Balanço Socioambiental para os Conselhos.
Fonte: CRC's (2019).

Conforme o quadro 1, o balanço socioambiental nos CRCs busca aumentar a transparência, ao evidenciar dados econômicos, sociais e ambientais. Realiza projetos para beneficiar a comunidade e o bem-estar para seus colaboradores.

Importante destacar o engajamento dos Conselhos em oferecer uma informação padronizada, onde são demonstradas ações específicas de cada estado sem perder suas características gerais, facilita, assim, a realização de uma comparação entre os relatórios.

2.2 NBC T 15 DEMONSTRAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

Além da preocupação de proteger o ambiente que se está inserido a preocupação do bem-estar da sociedade está muito valorizada, atualmente investidores analisam a imagem da empresa perante as soluções para se ter ideia da mentalidade do administrador.

Para padronizar e aderir às normas internacionais em primeiro de janeiro de 2006, a fim de facilitar a transparência e demonstrar as responsabilidades socioambientais das companhias, entrou em vigor a Resolução nº 1.003/04, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em 19 de agosto de 2004 – demonstração de informações de natureza Social e Ambiental.

Por meio do item 15.1.2 a norma estabelece definições de natureza Social e Ambiental: “a) a geração e a distribuição de riqueza; b) os recursos humanos; c) a interação da entidade com o ambiente externo; d) a interação com o meio ambiente” (CFC, 2004).

A área de recursos humanos deve conter informações de remunerações, benefícios desfrutados, em valores monetários, dos administradores, empregados, autônomos e terceirizados. As contingências e os passivos trabalhistas da entidade os gastos com encargos sociais, alimentação, transporte, cultura, previdência privada, segurança e medicina no trabalho, educação, saúde, capacitação e desenvolvimento profissional, creches e participação nos lucros deve ser demonstrado (CFC, 2004).

De acordo com Silveira et al. (2011, p. 61):

A composição do item recursos humanos será obtida através dos seguintes totais: empregados no final do exercício; admissões e demissões; estagiários no final do exercício; portadores de necessidades especiais no final do exercício; prestadores de serviços terceirizados no final do exercício; por sexo; por faixa etária (menores de 18 anos, de 18 a 35 anos, de 36 a 60 anos, acima de 60 anos); por nível de escolaridade (analfabetos, ensino fundamental, ensino médio, ensino técnico, ensino superior e pós-graduados); percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo. Nas informações sobre ações trabalhistas movidas por empregados contra a empresa, serão evidenciados em inúmeros: processos trabalhistas movidos contra a entidade; processos trabalhistas julgados procedentes; processos trabalhistas julgados improcedentes; valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça.

Contudo, pode-se compreender o relacionamento da entidade com o meio ambiente, entender gastos e despesas que incorreram no ano, além da quantidade de processos trabalhistas, ambientais, administrativos e jurídico. Acompanhar recuperação e preservação ambiental e satisfação dos colaboradores (SILVEIRA et al., 2011).

A NBC T 15 dá s segurança na hora de analisar uma demonstração, evitando maquiagens e distorções, além de facilitar a comparação com outras companhias e entidades. Destaca os principais itens que devem ser evidenciados, que são de fatos,

os que interessam a sociedades, investidores e todo público interessado (SILVEIRA et al., 2011).

2.3 PESQUISAS SIMILARES

A importância do balanço socioambiental está presente em grandes organizações, entidades do terceiro setor, a fim de cumprir normas, entre elas, a NBC T 15, diversos autores vêm realizando pesquisa sobre o tema. Como se pode analisar a seguir.

Autor (ano)	Objetivo	Método	Resultado	Conclusões
Silva (2013)	Esta pesquisa tem como o objetivo caracterizar o nível de aderência dos balanços sociais publicados pelo sistema CFC/CRC's quanto à aplicação da NBC T 15 para o ano de 2009.	Busca de dados por meio dos sítios dos CRCs de maneira descritiva e qualitativa analisou o começo das publicações socioambientais	Dos 28 conselhos, 10 publicaram o balanço, o Conselho Federal de Contabilidade é o que melhor se adequa à norma. As informações relacionadas à interação da entidade nenhum dos conselhos atingiu a classificação ótima de aderência à norma; e na visão do sistema como um todo, o nível de aderência à norma é regular, o que significa que as informações apresentadas atendem de forma mediana ao que propõe a norma.	Foi observado uma baixa adesão a publicação, dos 27 Conselhos Regionais apenas 9 fizeram essa publicação. Com a maioria atendendo a NBC T 15 de maneira regular. Nenhum CRC atingiu nível bom ou ótimo.
Santos (2015)	O estudo tem como objetivo verificar o nível de adesão dos Balanços Sociais, na categoria de Recursos Humanos, nos CFC e CRCs das regiões Sul e Sudeste do País, quanto à aplicação da NBCT 15 para o ano de 2012	A metodologia quanto aos objetivos é de pesquisa descritiva.	Os resultados obtidos no presente estudo, verificou-se que os CRCs/CFC vêm evidenciando as informações de acordo com a norma, embora ainda deixem de apresentar alguns aspectos, estando a maioria no nível regular de adesão.	O nível Regular não foi muito animador, visto que, os Conselhos são entidades fiscalizadora e devem ser exemplos para demais organizações. Com destaque para o CRC do PR e SC que atingiram o nível bom. Todos os CRC's das regiões sul e sudeste publicaram o BS.

Soares (2015)	Este estudo buscou verificar o nível em que as recomendações de divulgação da NBC T 15 foram atendidas pelas empresas do setor de papel e celulose listadas na BM&FBovespa, nos períodos de 2011 e 2014	Análise de forma descritiva e qualitativa.	Os resultados do estudo revelaram que o índice de aderência das empresas a referida norma é baixo, além de que, entre 2011 e 2014 houve redução na quantidade de itens divulgados.	Apesar do aumento da preocupação com o meio socioambiental, houve uma redução nos itens divulgados de 2011 e 2014 no setor de papel e celulose. Atividade que traz prejuízos para o meio ambiente e exposição dos colaboradores.
Araujo (2018)	O objetivo deste estudo é verificar, de acordo com a norma NBC T 15, às informações socioambientais divulgadas nos relatórios de sustentabilidade das empresas dos setores de alimentos, energia elétrica, madeira e transportes, listadas no segmento de Novo Mercado da B3	Analisar o BS das empresas de diversos setores de forma descritiva e qualitativa.	Constatou-se que embora a norma esteja em vigor há 14 anos, a sua adesão pelas empresas ainda não acontece de forma completa. Logo, a incomparabilidade nos relatórios de sustentabilidade e a falta de obrigatoriedade da divulgação das informações socioambientais contribuem para que informações importantes não sejam evidenciadas.	Verifique-se elas não respeitam a norma, sendo que o setor de energia elétrica é que mais evidencia a informação completa. Os maiores itens divulgados foram referentes a comunidade, com ponto negativo em relação a divulgação com o meio ambiente das empresas do setor alimentícios.

Quadro 2: Pesquisas Anteriores
Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Observa-se que o interesse sobre a adesão dos conselhos em relação a norma vem sendo analisado desde as primeiras publicações, como Alves (2013) verificou em 2009, que de todos os Conselhos de Contabilidade do país, apenas 10 tinham divulgados os balanços sociais com uma adesão baixa e regular.

Com intuito de verificar avanços nas regiões sul e sudeste Santos (2015), verificou a adesão das normas em 2012, os sete estados publicaram o balanço socioambiental, mas com resultado abaixo das expectativas, com uma variação muito grande de cada Conselho de Contabilidade. Desde cedo se analisam as publicações dos Conselhos Regionais, com intuito de certificar a qualidade das informações prestadas.

Pesquisas foram feitas antes da padronização dos conselhos, nota-se uma menor interação entre eles, sem um padrão a ser seguido, cada conselho elaborava o BS com seu padrão, assim, as variáveis tinham divergências.

Soares (2015) verificou as companhias do setor de papel e celulose vem se adaptando a norma, tendo como resultado a diminuição das divulgações de informações de 2011 para 2014. Apesar, da velocidade das informações e o interesse maior dos investidores, a quantidade de itens divulgados diminuiu.

Por fim, Araujo (2018) analisou diversos setores da [B]³ sendo eles, alimentos, energia elétrica, madeira, transportes listados no segmento de Novo Mercado da [B]³.

Companhias abertas também estão sendo pesquisadas para verificar sua conformidade com a norma, e as evidenciações das informações. Nos dias atuais com uma forte rede de comunicação, nota-se que as empresas analisadas, não estão acompanhando o ritmo, diminuindo os itens da norma. Empresas com alto impacto ambiental, como do setor de papel e celulose, deveria demonstrar maior preocupação com o ambiente e com seus colaboradores, pois são os maiores afetados nesse tipo de negócio. Pois essa, busca atrair mais investimentos e uma boa imagem perante a sociedade.

3 METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho quanto aos procedimentos como documental e a abordagem do problema é qualitativa. O presente trabalho busca analisar a qualidade das informações apresentadas pelos CRC's nos balanços socioambientais por meio de um *checklist*. E analisar os demonstrativos financeiros a quantidade de receita que os Recursos Humanos consomem. No qual a amostra foi delimitada a sete Conselhos Regionais das regiões sul e sudeste que publicaram o Balanço Socioambiental no ano de 2015.

3.1 ENQUADRAMENTO DA PESQUISA

Segundo Gil (2010) a pesquisa descritiva tem como objetivo verificar as características de determinada população ou fenômeno, para verificar suas variações. Neste contexto será analisada as informações sociais foram divulgadas sob a perspectiva da NBC T 15.

O trabalho empregou mecanismos padrões de coleta de dados, como questionários e observância sistemática.

3.2 INSTRUMENTOS UTILIZADOS

A pesquisa é classificada como pesquisa bibliográfica e documental. Para Cervo e Bervian (1983, p.55) a pesquisa bibliográfica é aquela que:

Explica um problema a partir de referenciais teóricos publicados em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Ambos os casos buscam conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passo existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema.

A diferença da pesquisa elaborada de forma bibliográfica e documental, de acordo com Godoy et al. (2007, p. 2), “é apenas pela natureza da fonte, ou seja, são documentos como relatórios, arquivos públicos e privados, memorandos etc.”.

A pesquisa teve abordagem qualitativa, no qual foi realizado um estudo teórico e prático por meio da demonstração socioambiental divulgadas pelo Conselhos Regionais do Sul e Sudeste nos anos de 2015, 2016 e 2017. Nesta pesquisa, procurou-se adaptar o modelo da NBC T 15, visando fazer comparativos.

Quanto à abordagem do problema, configura-se como uma pesquisa qualitativa

[...] menciona que os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais. (RICHARDSON, 1999, apud BEUREN, 2006, p. 91).

Com objetivo de analisar e comparar as evidenciações dos conselhos é utilizada a metodologia qualitativa, aonde pode-se trabalhar com uma liberdade maior com os dados e a interpretação do autor.

3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foram pesquisados os websites dos Conselhos Regionais de Contabilidade das regiões Sul e Sudeste, as publicações do balanço socioambiental e as demonstrações do resultado. Como resultado, todos estados da região Sul publicaram nos três anos analisados, já no Sudeste, somente o ES não publicou o BS nos anos de 2016 e 2017, os demais publicaram nos três anos. As informações podem ser encontradas nos websites dos conselhos, no portal da transparência, todos os seus conselhos estão com uma página padronizada com facilidade de acesso e com uma padronização que ajuda na busca das informações.

Com amostra delimitada, é realizado a pesquisa documental. Foram analisados os demonstrativos de cada Conselho para verificar se as publicações referentes aos Recursos Humanos estão de acordo com a norma NBC T 15, suas despesas com pessoal e as contribuições. A norma estabelece um mecanismo que deve ser considerado na hora de preparar as evidenciações sociais e ambientais, a fim, de certificar o compromisso com contadores que pagam suas mensalidades e com toda sociedade interessada. Além de poder estimular outros associados, de

diferentes conselhos de classes a fazerem essas verificações, buscando transparência.

Definida a amostra analisou a conformidade dos balanços socioambientais com a norma NBC T 15 na categoria de Recursos Humanos. As análises foram feitas por meio de um *checklist* a ser preenchido com os procedimentos relacionados na norma, as opções de respostas para adequação da norma era; IA (informação ausente); II (informação incompleta) e IC (informação completa) com os significados e os pesos apresentados no quadro 3.

O conceito é atribuído de acordo com uma pontuação, definida da seguinte maneira: IC = 4, II = 2 e IA = 0, retirados de Santos (2015). Os pesos buscam atribuir um valor para qualidade das informações prestadas, onde informações completas recebem mais pontuações, informações incompletas recebem pontuações parciais e, por fim, informações ausentes não tem pontuação (**Error! Reference source not found.**).

Qualidades da informação			
Categorias	Posição	Significados	Pesos
IC	Informação Completa	A informação é evidenciada no BS e atende plenamente a NBC T 15	4
II	Informação Incompleta	A informação prevista está no BS, mas está incompleta, deficitária ou não está de acordo com a norma	2
IA	Informação Ausente	A informação prevista está ausente no BS	0

Quadro 3: Qualidade da informação

Fonte: Santos (2015).

Estas faixas de pontuação foram retiradas de uma metodologia aplicada por Santos (2015), na qual a informação completa vale 4 pontos, com um total de 23 perguntas, os resultados são dividido pelos 3 níveis de aderência, assim determina o valor de cada nível.

Ainda conforme Alves (2013, p. 76):

A classificação da aderência à NBC T 15 insuficientes significa que, em geral, as informações socioambientais são apresentadas de forma deficiente, diminuta, pouco estão adequadas à norma. A classificação regular significa que a aderência das informações à norma estudada é mediana, nem boa nem

ruim. A classificação boa significa uma aderência positiva à norma, favorável. E a classificação ótima significa que as informações apresentadas nos balanços sociais estão adequadas, atendem de forma muito boa à norma.

É importante analisar em que nível a informação está sendo divulgada, se está completa, incompleta ou se não há divulgação.

A seguir, apontam-se no quadro 4 quais são os requisitos nos recursos humanos, de acordo com a NBC T 15.

15.2.2 - Recursos Humanos	IC	II	IA
15.2.2.1 - Devem constar dados referentes à remuneração, benefícios concedidos, composição do corpo funcional e as contingências e os passivos trabalhistas da entidade.			
15.2.2.2 - Quanto à remuneração e benefícios concedidos aos empregados, administradores, terceirizados e autônomos, devem constar:			
a) remuneração bruta segregada por empregados, administradores, terceirizados e autônomos;			
b) relação entre a maior e a menor remuneração da entidade, considerando os empregados e os administradores;			
c) gastos com encargos sociais;			
d) gastos com alimentação;			
e) gastos com transporte;			
f) gastos com previdência privada;			
g) gastos com saúde;			
h) gastos com segurança e medicina do trabalho;			
i) gastos com educação (excluídos os de educação ambiental);			
j) gastos com cultura;			
k) gastos com capacitação e desenvolvimento profissional;			
l) gastos com creches ou auxílio-creches;			
m) participações nos lucros ou resultados.			
15.2.2.3 - Estas informações devem ser expressas monetariamente pelo valor total do gasto com cada item e a quantidade de empregados, autônomos, terceirizados e administradores beneficiados.			
15.2.2.4 - Nas informações relativas à composição dos recursos humanos, devem ser evidenciados:			
a) total de empregados no final do exercício;			
b) total de admissões;			
c) total de demissões;			
d) total de estagiários no final do exercício;			

e) total de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício;			
f) total de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício;			
g) total de empregados por sexo;			
h) total de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos:			
menores de 18 anos			
de 18 a 35 anos			
de 36 a 60 anos			
acima de 60 anos			
i) total de empregados por nível de escolaridade, segregados por:			
analfabetos			
com ensino fundamental			
com ensino médio			
com ensino técnico			
com ensino superior			
pós-graduados			
j) percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo.			
15.2.2.5 - Nas informações relativas às ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a entidade, devem ser evidenciados:			
a) número de processos trabalhistas movidos contra a entidade;			
b) número de processos trabalhistas julgados procedentes;			
c) número de processos trabalhistas julgados improcedentes;			
d) valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça.			
15.2.2.6 - Para o fim desta informação, os processos providos parcialmente ou encerrados por acordo devem ser considerados procedentes.			

Quadro 4: Recursos Humanos NBC T 15

Fonte: NBC T 15 (CFC, 2019)

Estas informações são diretrizes para analisar a companhia e o seu relacionamento com os colaboradores. Importante ter um parâmetro para análise, onde pode ser elencado itens e características essenciais para uma boa avaliação.

3.4 PONTUAÇÃO ESTABELECIDA

Segue abaixo um quadro com os níveis de pontuação em relação as informações prestadas pelos conselhos regionais (**Error! Reference source not found.**).

Com essa pontuação verifica-se qual o nível de adesão de cada conselho e se a unificação e a padronização visual vêm trazendo resultados positivos, a fim de sanar discrepância entre os conselhos.

Classificação da aderência à NBC T 15 para cada Conselho	
Pontuação Final	Classificação por nível de aderência por CRC
0 a 23	Insuficiente
23 a 46	Regular
47 a 69	Bom
70 a 92	Ótimo

Quadro 5: Classificação por nível
Fonte: Santos (2015)

Como o trabalho busca analisar a demonstração de 2015 depois da unificação dos sistemas CRCs, onde todos passaram a comunicar-se pelo portal da transparência. Foi levantado os dados e realizado um comparativo, se melhorou a adesão da norma em relação da análise feita por Santos (2015), que analisou o BS do ano 2012, verificando se houve avanços em relação a norma NBC T 15. Como os anos de 2016 e 2017 os dados foram patronizados, não se viu a necessidade de colocar o quadro desses anos, pois os itens em destaques são os mesmos, mudando somente a variável.

As pontuações oferecem um nível maior de adequação da norma, busca analisar qual conselho está prestando suas informações de maneira mais completa e as suas respectivas melhoras em relação aos níveis de estudos anteriores (SANTOS, 2015).

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E ANÁLISES

Os relatórios apresentados pelos CRCs apresentaram estruturas diferentes, cada uma com suas particularidades em ações e programas, mas com os mesmos tópicos de apresentação em conteúdo.

Essas particularidades ficam demonstradas, por exemplo, no CRCMG quem tem o PVCC (Programa Voluntariado da Classe Contábil) que tem como objetivo fiscalizar órgãos públicos, orientar as comunidades em decisões que exige uma análise mais técnica, este Conselho conta com a coleta e destinação adequada do lixo eletrônico, além de manter parcerias com instituições que trabalham com a reciclagem do lixo. Há projeto importante também do CRCRJ como Grupo de Trabalho de Controle Social (GTSC) que está no meio dos órgãos públicos, entidades do terceiro setor e também em empresas privadas, a fim de aumentar a transparência e a fiscalização. Já o CRCPR tem o programa Primeiro Passo que auxiliam pequenas empresas e contadores recém-formados.

Nota-se que o meio digital é a principal meio de comunicação das entidades, com diminuição de produção de revistas e jornais.

Os gastos com Recursos Humanos é a principal despesa dos órgãos, porém, nenhum deles publicam a diferença da maior e menor remuneração. No Rio de Janeiro, por exemplo, no ano de 2016, 69% dos funcionários estão mais de 20 anos de tempo de serviço. Já por outro lado em MG 30% dos colaboradores estavam menos de 5 anos de serviço.

4.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Na demonstração do resultado foi analisado a porcentagem da contribuição monetária realizada, destinada aos recursos humanos e seus encargos. Como se pode observar qual foi a destinação de recursos, desta categoria, na região Sul (tabelas 1, 2 e 3).

Tabela 1: Percentual Receita em relação Despesas com Pessoal e Encargos de PR

PR			
ANO	RECEITA	DESPESA/PESSOAL	%
2015	17.865.875,05	7.183.539,76	0,40
2016	18.950.276,99	8.015.328,18	0,42
2017	20.384.385,83	8.777.571,87	0,43
MÉDIA			0,42

Fonte: Elaborado pelo Autor (2019).

Tabela 2: Percentual Receita em relação Despesas com Pessoal e Encargos de SC

SC			
ANO	RECEITA	DESPESA/PESSOAL	%
2015	11.521.911,75	4.633.444,17	0,40
2016	12.348.811,55	5.219.358,29	0,42
2017	13.449.530,80	5.772.513,06	0,43
MÉDIA			0,42

Fonte: Elaborado pelo Autor (2019).

Tabela 3: Percentual Receita em relação Despesas com Pessoal e Encargos de RS

RS			
ANO	RECEITA	DESPESA/PESSOAL	%
2015	18.797.321,60	8.241.958,19	0,44
2016	19.294.081,30	8.803.234,09	0,46
2017	20.018.814,37	9.642.183,22	0,48
MÉDIA			0,46

Fonte: Elaborado pelo Autor (2019).

Os estados do Paraná (PR) e do Rio Grande do Sul (RS), tiveram receitas superior a 20 milhões de reais em 2017, entretanto, o estado do PR destinou 43% a títulos de despesa com pessoal e encargos e o RS destinou 48%, nota-se que no conselho do Rio Grande do Sul, de 2015 a 2017, vem aumentando 2 pontos percentuais as despesas com pessoal a cada ano, enquanto, o Paraná e Santa Catarina esse ritmo vem de forma menos agressiva, aumentando 1 ponto percentual.

No geral na região Sul, as despesas com pessoal e encargos vêm aumentando em relação a receita realizada. As despesas com pessoal em Santa Catarina se mantiveram com o mesmo nível de crescimento do que o Paraná; 40%,

42% e 43%, por fim demonstrando maior variação, o Rio Grande do Sul que cresceu 44%, 46% e 48% respectivamente nos anos de 2015, 2016 e 2017.

Tabela 4: Percentual Receita em relação Despesas com Pessoal e Encargos de SP

SP			
ANO	RECEITA	DESPEZA/PESSOAL	%
2015	69.708.886,15	29.792.917,24	0,43
2016	74.377.909,30	31.912.137,32	0,43
2017	78.879.987,69	33.305.933,91	0,42
MÉDIA			0,43

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Tabela 5: Percentual Receita em relação Despesas com Pessoal e Encargos de RJ

RJ			
ANO	RECEITA	DESPEZA/PESSOAL	%
2015	25.551.336,44	11.852.297,28	0,46
2016	26.956.278,63	12.539.254,20	0,47
2017	28.347.948,73	13.036.815,09	0,46
MÉDIA			0,46

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Tabela 6: Percentual Receita em relação Despesas com Pessoal e Encargos de MG

MG			
ANO	RECEITA	DESPEZA/PESSOAL	%
2015	28.987.658,45	9.236.413,83	0,32
2016	30.356.381,11	11.606.940,26	0,38
2017	34.137.138,53	11.078.921,07	0,32
MÉDIA			0,32

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Tabela 7: Percentual Receita em relação Despesas com Pessoal e Encargos de ES

ES			
ANO	RECEITA	DESPEZA/PESSOAL	%
2015	5.412.257,68	2.431.655,86	0,45
2016	5.376.335,75	3.202.259,60	0,60
2017	5.893.494,13	3.295.818,75	0,56
MÉDIA			0,56

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Na região Sudeste os estados que apresentaram maior discrepância foram os estados do Espírito Santos (ES) e Minas Gerais (MG), obtendo a percentagem mais alta e a mais baixa de toda amostra. O ES apresentou um aumento das despesas em 2016, chegando a 60%, com um forte aumento nos gastos com pessoal e despesa e uma receita que não acompanhou, sendo este, o único estado da amostragem a não divulgar o balanço socioambiental nos três anos, somente publicando o de 2015. Por outro lado estado, de MG tem a menor percentagem distribuída nos gastos com pessoal e encargos em relação a receita líquida.

O maior conselho do país é o CRCSP com renda de mais de 78 milhões de reais em 2017, com uma distribuição em média de 42% para recursos humanos e encargos.

Mostra maior responsabilidade na gestão destes recursos, sabendo usar a tecnologia para auxiliar na prestação de serviços e a contratação de terceirizados. CRCMG sempre busca parceria com empresas para organização de eventos, no auxílio de serviços para os contadores, estudantes, sociedade e como consequência aumentando a receita.

O **Error! Reference source not found.** abaixo apresenta a média dos gastos com pessoal que é aproximadamente de 42%, com destaque para MG e ES.

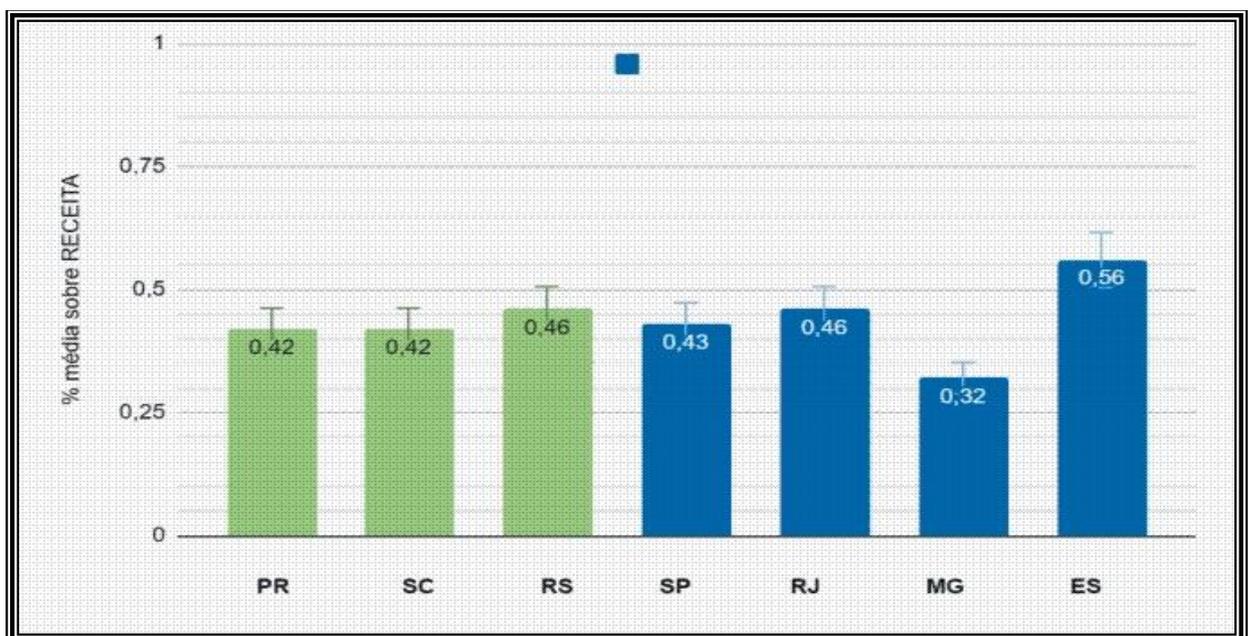


Gráfico 1: Média dos gastos com despesas de pessoal e Encargos em comparação a receita realizada
Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Como demonstrado no gráfico acima, uma grande fatia das receitas fica com as despesas com pessoal e encargos, sendo MG o estado com menor gasto em relação aos demais Conselhos da amostra.

Os Conselhos Regionais buscam padronizar suas demonstrações, mas percebe-se oscilações nos gastos entre os conselhos. De maneira que deveriam ter uma fiscalização maior entre eles, um teto, para suas despesas, trabalhando em cima de um percentual mais igualitário, CRCMG é o segundo maior Conselho da região e consegue desempenhar um bom trabalho, utilizando, cerca de, 32% das receitas realizadas. Já o CRCES, é o menor conselho da amostra, e precisa em média para desempenhar suas funções mais de 55% das suas receitas. Sendo que, teve um aumento considerável de 2015 para 2016, com aumento de 15 pontos percentuais. Cenário que preocupa já que não foi divulgado o BS em 2016 e 2017.

4.1.1 Recursos Humanos

Os recursos humanos são responsáveis por maior parte das contribuições dos Conselhos, a fim, de verificar se estes, vêm sendo divulgados, em detrimento a norma.

Segue abaixo o quadro com o nível de aderência a NBC T 15 na categoria Recursos Humanos.

INFORMAÇÕES REQUERIDAS 2015	SP	MG	RJ	ES	PR	SC	RS
15.2.2 RECURSOS HUMANOS							
1) remuneração bruta segregada por empregados, administradores, terceirizados e autônomos;	IA	IA	IA	IC	IC	IC	IC
2) relação entre a maior e a menor remuneração da entidade, considerando os empregados e os administradores;	IA						
3) gastos com encargos sociais;	IC						
4) gastos com alimentação;	IC						
5) gastos com transportes	IC						
6) gastos com previdência privada	IA						
7) gastos com saúde	IC						
8) gastos com segurança e medicina do trabalho	IC						
9) gastos com educação (excluídos os de educação ambiental)	IC	IC	IA	IC	IC	IC	IC
10) gastos com cultura	IC						
11) gastos com capacitação e desenvolvimento profissional	IC						
12) gastos com creches ou auxílio-creches	IC	II	IA	IA	II	IC	IA
13) participação nos lucros e resultados	IA						
14) total de empregados no final do exercício;	IC						
15) total de admissões e demissões	IC						
16) total de estagiário no final do exercício	IC						
17) total de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício;	IA						
18) total de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício;	II	II	IC	IC	IC	II	II
19) total de empregados por sexo	IC						
20) total de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos: menores de 18 anos; de 18 a 35 anos; de 36 a 60 anos e acima de 60 anos.	IC						
21) total de empregados por nível de escolaridade, segregado por; analfabetos; com ensino fundamental; com ensino médio; com ensino superior; e por pós-graduados	IC						
22) total de empregados por faixa etária, nos percentuais de ocupantes de cargos de chefia, por sexo.	IA	IC	IA	IC	IC	IC	IC
23) informações relativas às ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a entidade por número de processos movidos; número de processos julgados procedentes/improcedentes, valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça?	IA	IA	IA	IC	IA	IA	IC

Quadro 6: Qualidade da informação em relação aos recursos humanos na NBC T 15.

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

A relação da remuneração bruta segregada por empregados, administradores, terceirizados e autônomos. No Sudeste foi apresentada somente no Espírito Santo, e no Sul os três estados apresentaram estes dados. Entretanto em relação entre a maior e a menor remuneração da entidade, considerando os empregados e os administradores. Não foi apresentada por nenhum estado da amostra. Já gastos com educação, o Rio de Janeiro, foi o único estado que não publicou seus gastos com educação, não fazendo nenhuma citação referente ao tema.

Os Conselhos de São Paulo e de Santa Catarina, foram os únicos classificados como IC, que tem o benefícios de auxílio-creche demonstrados no seu BS de forma completa, já Minas Gerais e Paraná, comentam sobre algumas ações em creches, mas sem mencionar diretamente o benefícios aos colaboradores, os demais estados (RJ, ES e RS) não abordam o tema.

Não foi apresentado nenhuma informação, em relação à previdência privada, portadores de necessidades especiais e participação nos lucros e resultados. Sobre a previdência privada, não teve nenhum tópico abordado nos conselhos relacionado esse tema. Na Gestão de Pessoa nenhuma entidade se pronunciou sobre a contratação, demissão ou se há trabalhador com alguma necessidade especial. Por fim, se tratando de entidade do terceiro setor, os conselhos não apresentam lucros nem prejuízo, mas sim, déficit e superávit. Não havendo distribuição de lucros ou dividendos.

Total de prestadores de serviços e terceirizados foi apreciado somente pelos estados do RJ, ES e PR. Apresentando sua prestação de serviço no final do período. São Paulo e Rio de Janeiro foram os únicos estados que com ausência em relação ao total de empregados por faixa etária e por sexo que ocupam os cargos de chefia. Os demais estados apresentaram esse item completo.

Por fim, ES e PR foram os estados que forneceram informações relativas às ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a entidade por número de processos movidos, número de processos julgados procedentes/improcedentes, valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça.

No geral os conselhos apresentam dados sobre seu quadro funcional apresentando quantidade de funcionários e sua importância dentro da instituição. Mas

foi sentido a falta das demonstrações entre a maior e menor remuneração, item importante para se avaliar a discrepância salarial.

4.1.2 Pontuação

Foram coletadas as informações, analisadas e distribuída as pontuações de cada Conselho conforme **Error! Reference source not found.**

Todos Conselho de Contabilidade alcançaram pontuação de bom e ótimo. Sendo que, o RJ teve a menor pontuação 56 pontos e ES a maior com 72.

CRC	PONTUAÇÃO ATINGIDA	CLASSIFICAÇÃO / NÍVEL ADESÃO
SP	62	Bom
RJ	56	Bom
MG	64	Bom
ES	72	Ótimo
PR	70	Ótimo
SC	70	Ótimo
RS	66	Bom

Quadro 7: Classificação por nível de adesão
Fonte: Elaborado pelo autor

Fazendo um comparativo com estudos de Santos (2015) observa-se que houve uma evolução depois da unificação e padronização das amostras. Como demonstrado no **Error! Reference source not found.**

Todos os Conselhos tiveram avanços na adesão na NBC T 15 na categoria recursos humanos, SP, RJ, MG e RS, passaram de regular para bom, ES teve a maior evolução passando de regular para ótimo e PR e SC que foram classificados como bom subiram um patamar alcançando o nível de adesão como ótimo.

Tabela 8: Comparação com a adesão Santos(2015)

Comparação com Adesão 2012 e 2015							
ANO	SP	RJ	MG	ES	PR	SC	RS
2012	30	42	42	46	60	58	40
2015	62	56	64	72	70	70	66
VARIAÇÃO	106,67%	33,33%	52,38%	56,52%	16,67%	20,69%	65,00%

Fonte: Elaborado pelo autor

O CRCES ficou com a maior pontuação da pesquisa 72 pontos, sendo o estado que mais gasta nos recursos com pessoal e encargos, cerca de 56% em média, ficando 8 pontos na frente do CRCMG que é o conselho que menos gastas recursos com pessoal e encargos, cerca de 32%.

4.2 ANÁLISES DOS RESULTADOS

Os Conselhos de Contabilidade do Sul e do Sudeste vem aprimorando suas evidenciações na categoria de Recursos Humanos. Com níveis de satisfação que varia entre bom e ótimo. Nenhum Conselho alcançou a pontuação máxima, todos eles deixaram a desejar no item que tange a divulgação das maiores e menores remunerações. No restante pode-se afirmar que é positiva a aderência dos Conselhos em relação a norma, com moral para avaliar e fiscalizar esse tipo de publicação, mostra evolução relativa à verificação de Santos (2015).

Esta evolução aconteceu em alguns itens, como a segregação por empregados, administradores e terceirizados, que passou a apresentar como informação completa nos estados de ES, PR, SC e RS. Características como alimentação, transportes, saúde, cultura, total de admissões e demissões, faixa etária, escolaridade, quantidade de funcionários e estagiários, passaram há terem informações completas em todos os estados da amostra. Informações como o número de funcionários com alguma deficiência que foi encontrado na pesquisa de Santos (2015), no CRCRJ, e não foi encontrada no BS analisado em 2015.

Agilidade e facilidade ao acesso das informações são os pontos positivos do trabalho. Depois da padronização dos websites, possibilitando as buscas por

quaisquer publicações desejada, o ano a ser pesquisado, tudo isso faz aumentar a transparência e a credibilidade das informações. Ainda agiliza nas comparações com anos anteriores e suas variações.

Esse trabalho foi analisado de forma qualitativa, ou seja, o resultado é influenciado pelo entendimento do autor. A comparação entre outro estudo possibilitou verificar a evolução dos Conselhos com informações mais completas e níveis maiores de aderência. Com destaque para o Paraná e Santa Catarina, que foram os melhores Conselhos do ano de 2012 e continuou nas primeiras posições no ano de 2015. Destaque-se também o aumento de mais 100% do fornecimento de informações do CRCSP em relação ao apresentado em 2012.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa obteve êxito em verificar quais são os benefícios da divulgação/evidenciação do Balanço Socioambiental no período de 2015 a 2017 e dos (CRCs) da região sul e sudeste. Nota-se uma preocupação maior com a transparência sendo exemplos para outras companhias ou entidades, que desejarem publicar seus balanços socioambientais. A credibilidade das informações é um requisito essencial nas tomadas de decisões e na transmissão de uma boa imagem para a sociedades. Os Conselhos exibiram suas informações de forma mais clara e simples, comprovando a eficiência da unificação dos conselhos. Todos os conselhos estão de acordo com os requisitos da NBC T 15 na categoria de Recursos Humanos alcançando nível de adesão entre bom e ótimo. Os gastos com recursos humanos e encargos englobam a maior parte da receita.

Sobre os objetivos específicos foram identificadas a divulgação do BS em 2015, 2016 e 2017 em quase todos os estados das regiões sul e sudeste, exceto o estado do ES, que deixou de publicar o balanço em 2016 e 2017. Este foi um ponto negativo, já que o CRCES aumentou demais os gastos com pessoal e encargos. Situação que preocupa, pois demonstra falta de transparência.

O conteúdo dos BS está de forma organizada e de fácil entendimento, demonstrando suas ações, programas, formas de transparências, resultados e prestações de contas. Pode-se assim, ser referências para publicações de demais empresas e entidades.

Recomenda-se para trabalhos futuros que seja verificado as demais regiões, Norte, Nordeste e Centro-Oeste; analisando se estão aderindo a unificação e o cumprimento da NBC T 15.

REFERÊNCIAS

ALBERTON, L.; SOARES, S. V. Uma análise da evidenciação da responsabilidade social da Conab sob a perspectiva da NBC T 15. **Revista Capital Científico - Eletrônica**, v. 9, n. 1, p. 55-67, 2011.

ALVES, C. C. S.; FERREIRA, L. F.; VOSS B. L. Aderência dos balanços sociais publicados pelo Sistema CFC/CRCs à NBC T 15 em 2009. **Revista Brasileira de Contabilidade**, ed. 200, p. 71-85, 2013.

ALVES, Camila Cristine da Silva; FERREIRA, Luiz Felipe; VOSS, Barbara de Lima. Aderência dos balanços sociais publicados pelo Sistema CFC/CRCs à NC T 15 em 2009. **Revista Brasileira de Contabilidade** 200 (2013): 70-85. 2013.

ARAUJO, Júlio César de Lima. **Evidenciação socioambiental segundo A NBC T 15**: um estudo sobre as empresas dos setores de alimentos, energia elétrica, madeira e transportes, listadas no novo mercado da B3. 2018.

BEUREN, I. M. et al. A. Adequação da evidenciação social das empresas de capital aberto no relatório da administração e notas explicativas às recomendações da NBC T 15. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 4, n. 8, art. 3, p. 47-68, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (Brasil) (Ed.). Resolução CFC nº 1.003/04. NBC T 15 – **Informações de Natureza Social e Ambiental** Publicada em 06/09/2004. Disponível em:
<http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2004/001003&arquivo=Res_1003.doc>. Acesso em: 02 jun 2019.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS. **Balço Socioambiental**. Disponível em:
<<http://www3.cfc.org.br/spw/PortalTransparencia/Consulta.aspx?CS=Wt+YRKxxVII>>. Acesso em 25 set 2019.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA. **Balço Socioambiental**. Disponível em:
<<http://www3.cfc.org.br/spw/PortalTransparencia/Consulta.aspx?CS=ppl8RmyxyEA>>. Acesso em 22 set 2019.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SÃO PAULO. **Balço Socioambiental**. Disponível em:

<http://www.crcsp.org.br/transparencia/balanco_socioambiental.htm>. Acesso em 24 set 2019.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESPÍRITO SANTO. **Balanco Socioambiental**. Disponível em:

<<http://www3.cfc.org.br/spw/PortalTransparencia/Consulta.aspx?CS=qFg6mE2Yq8U>>. Acesso em 25 set 2019.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ. **Balanco Socioambiental**. Disponível em:

<https://www2.crcpr.org.br/portal/transparencia/balanco_socioambiental>. Acesso 23 set 2019

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Balanco Socioambiental** Disponível em:

<<http://www3.cfc.org.br/spw/PortalTransparencia/Consulta.aspx?CS=DjX3S2sM4Mk>>. Acesso em 24 set 2019.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. **Balanco Socioambiental**. Disponível em:

<<http://www3.cfc.org.br/spw/PortalTransparencia/Consulta.aspx?CS=H5nGyHMUri4>>. Acesso em 23 set 2019.

COSTA, Rodrigo Simão da; MARION, José Carlos. A uniformidade na evidenciação das informações ambientais. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, n. 43, p.20-33, 27 fev. 2007.

DALMÁCIO, F. Z.; PAULO, F. A evidenciação contábil: publicação de aspectos socioambientais e econômico-financeiros nas Demonstrações Contábeis. **Brazilian Business Review**, v. 1, n. 2, p. 74-74, 2004.

DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. Clássicos. **RAE – Revista de Administração de Empresas** (online), v. 45, n. 2, p. 74-89, abr/ jun. 2005.

FARIA, Ana Cristina de; OLIVEIRA, Robson de. Evidenciação de eventos econômico de natureza ambiental pelas empresas do setor químico e petroquímico. In: SEGET - SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 3., 2006, Rezende/RJ. Anais... Resende: SEGET, 2006. CD-ROM.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, R. M. **Pesquisa Acadêmica**: como facilitar o processo de elaboração de suas etapas. São Paulo: Atlas, 2007.

SANTOS, Bruna Januário dos et al. Adesão dos balanços sociais publicados pelos CFC E CRCs das Regiões Sul e Sudeste do país à NBC T 15, na categoria de Recursos Humanos no ano de 2012. **Pensar Contábil**, v. 17, n. 63, 2015.

SILVEIRA, E. D. et al. Uma análise da evidenciação da responsabilidade social da Conab sob a perspectiva da NBC T 15. **Revista Capital Científico - Eletrônica**, v. 9, n. 1, p. 55-67, 2011.

SILVEIRA, Elen Duran da et al. Uma análise da evidenciação da responsabilidade social da CONAB sob a perspectiva da NBC T 15. **Revista Capital Científico Eletrônica (RCCe)**-ISSN 2177-4153, v. 9, n. 1, p. 55-67, 2011.

SOARES, Patrícia Aparecida; DOS SANTOS, Geovane Camilo. **Evidenciação de Informações de Natureza Social e Ambiental de acordo com a NBC T 15 no setor de Papel e Celulose das Empresas Listadas na BM&F BOVESPA.**

SUCUPIRA, João A. **Ética nas Empresas e Balanço Social**. In: Balanço Social: teoria e prática. Organizado por SILVA, César Augusto Tibúrcio; FREIRE, Fátima de Souza. São Paulo: Ed. Atlas, 2001.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ZITTEI, M. V. M.; POLITELO, L.; SCARPIN, J. E. Nível de Evidenciação Contábil de Organizações do Terceiro Setor. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 8, n. 2, p. 85-94, 2016.